

Dados sobre contratos somem do site da FUSP, mas reaparecem após jornal denunciar o fato

A Reitoria da USP atribuiu a um “erro no sistema” a momentânea retirada, do site da Fundação de Apoio à USP (FUSP), das informações relativas a projetos e contratos. O sumiço dos dados ocorreu no dia 19/8 e foi apontado pelo jornalista Paulo Saldaña em seu blogue no portal de *O Estado de S. Paulo*. A FUSP vive uma crise sem precedentes desde que o jornal publicou reportagem que revelou, em detalhes, a existência de diversos contratos firmados entre a fundação privada e empresas que pertencem a docentes da USP ou a seus familiares (confira: <http://goo.gl/SsOZcl>).

“No meio da tarde desta quinta [20/8], após a reportagem questionar a universidade e publicar esse texto, os links voltaram a funcionar”, informou o blogue do repórter. “A Reitoria informou que o novo diretor [executivo] da FUSP, professor José Roberto Drugowich de Felício, não pediu a retirada das informações do portal e que não tinha conhecimento de que o conteúdo havia saído do ar” (<http://goo.gl/n0ywdj>). Foi por meio das listas de contratos, temporariamente retiradas do site, que a reportagem do *Estadão* havia identificado as firmas ligadas a docentes da USP e subcontratadas pela fundação, entre elas a Eletrogmagnetics, pertencente a familiares do professor José Roberto Cardoso, então diretor da FUSP.

O *Informativo Adusp* solicitou ao professor Drugowich, por intermédio da assessoria de imprensa da Reitoria, esclarecimentos sobre a situação atual da fundação, mas até o fechamento desta edição não recebemos suas respostas. Eis as perguntas enviadas a ele: “1) Que medidas o sr. pretende tomar à frente da FUSP, para evitar a realização de contratos com empresas pertencentes aos próprios docentes interessados nos projetos ou a seus familiares? 2) Procede a informação de que o sr. mandou retirar do site da fundação as informações

sobre contratos da FUSP, até então disponíveis? 3) O sr. pretende acumular a diretoria executiva da FUSP e a Superintendência de Relações Institucionais? Caso pretenda, não estaria incidindo em conflito de interesses?”

Transparência? As revelações sobre conflito de interesses na FUSP corroboram as denúncias que a Adusp tem feito há mais de uma década sobre as fundações privadas ditas “de apoio”, em geral, e sobre a FUSP em particular. A experiência provou, por exemplo, que os estatutos dessas entidades institucionalizam o conflito de interesses ao criar vínculos entre seus conselhos curadores e cargos executivos e os docentes que exercem cargos públicos de direção: reitor(a), pró-reitores(as), diretores(as) de unidades, chefes de departamento.

Na prática, o novo diretor executivo da FUSP, que exerce um cargo de superintendente na USP, foi designado pelo reitor M.A. Zago, que é também o presidente do Conselho Curador da fundação — estando ambos, portanto, em flagrante situação de conflito de interesses. Asseverada pelo reitor em comunicado de 17/8, a transparência é comprometida pela decisão da Reitoria de omitir a composição das comissões sindicantes constituídas para apurar o caso — se é que são realmente duas, uma na USP e outra na FUSP. Enquanto isso, a diretoria da Escola Politécnica, agindo à moda de “ação entre amigos”, declara ao *Estadão* que docentes da unidade envolvidos no caso são “verdadeiras jóias da Poli” (<http://goo.gl/xaHrHr>).

O escândalo sugere, igualmente, que a Promotoria de Fundações do Ministério Público Estadual não tem exercido o papel de fiscalizar tais fundações “de apoio”, mesmo quando há evidências de irregularidades. Embora uma auditoria realizada na FUSP em 2007 a pedido da própria Promotoria tenha iden-

TCE cobra dados da fundação privada

Em documento datado de 18/8, o conselheiro Dimas Ramalho, do Tribunal de Contas do Estado (TCE), notificou a FUSP de que deve apresentar, em 15 dias, “relação de todos os convênios e contratos firmados no exercício examinado com entes públicos da administração direta ou indireta, quer estaduais, quer municipais”, bem como “de todos os contratos ou instrumentos análogos firmados com empresas públicas ou privadas”, informando, em ambos os casos, “identificação do contratante/conveniente; objeto contratado; prazo de vigência; responsáveis pela assinatura do ajuste; valor contratado”.

Ramalho requereu, ainda, que a FUSP envie ao TCE relação de “todos os contratos firmados com terceiros para a execução dos respectivos objetos decorrentes de cada um dos ajustes acima”, separados caso a caso, contendo: “identificação da empresa contratada (razão social e CNPJ); objeto contratado; prazo de vigência; responsáveis pela assinatura do ajuste; valor contratado”.

O conselheiro do TCE solicitou da diretoria executiva da FUSP declaração de “quais empresas terceirizadas” constantes das relações citadas “possuem vínculo direto ou indireto com professores, diretores ou demais empregados da FUSP, ciente de que o silêncio, assim como as informações inidôneas, incompletas ou inverossímeis poderão ser objeto de responsabilização administrativa no âmbito desta Corte de Contas, assim como encaminhadas aos órgãos competentes para atuação na seara jurídica”.

No mesmo documento, Ramalho oficia à USP, “na pessoa do reitor” M.A. Zago, para que “informe e junte documentação comprobatória das providências adotadas [...] notadamente quanto à Comissão Sindicante instaurada”, e à Promotoria de Fundações, “para que informe acerca da existência de inquérito civil ou investigação outra a respeito da matéria”.

A manifestação do conselheiro do TCE diz respeito ao Balanço Geral de 2012 da FUSP (processo TC-003435/026/12), cita expressamente os fatos apontados por reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* de 15/8 e diz levar em conta “as implicações administrativas, financeiras e potencialmente ofensivas a princípios constitucionais aplicáveis à gestão dos recursos públicos”.

tificado um projeto fictício, criado com a finalidade de remunerar o então diretor executivo, professor Antonio Marcos Massola, e dois outros diretores, não há notícias de que o promotor responsável tenha tomado as providências cabíveis (<http://bit.ly/1UTvfZ1>).

Não é de hoje que o TCE, que está investigando o caso (vide quadro), identificou irregularidades na FUSP. Em agosto de 2013, o conselheiro Dimas Ramalho já havia soli-

citado a Massola que fornecesse uma relação “contendo os nomes, cargos, funções, formação profissional e remunerações e/ou pró-labore, jetons, bônus, participação por sessões/reuniões, ou qualquer espécie de auxílio de custo, pagos ao quadro administrativo e diretor, incluindo Presidência, da Entidade” (<http://bit.ly/1ED6Eni>)

Para conferir os projetos da FUSP, acesse <http://fusp.org.br/projetos.aspx> e <http://fusp.org.br/Licitacao.aspx>

Audiência na Alesp apresentou PEE alternativo

PL 1.035/15, que atualiza Plano Estadual da Educação-Proposta da Sociedade Paulista (de 2003), resultou de contribuição decisiva do GTPE da Adusp

No dia 26/8, o auditório Teotônio Vilela da Assembleia Legislativa (Alesp) foi palco de uma Audiência Pública sobre o Projeto de Lei (PL) 1.035/15, que atualiza o Plano Estadual da Educação (PEE)- Proposta da Sociedade Paulista, de 2003. Coube aos professores João Zanetic, do Instituto de Física (IF) e membro do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) da Adusp; Vicente Rodriguez, da Faculdade de Educação da Unicamp; e Áquilas Mendes, representante da Associação dos Professores da PUC (e, também, docente da Faculdade de Saúde Pública da USP), apresentar e comentar o teor do PL.

O texto original do PEE-Proposta da Sociedade Paulista tramita há doze anos na Alesp, sem que a maioria governista tenha se disposto a levá-lo à votação. O PL 1.035/15, que o substitui, foi igualmente elaborado pela Adusp em colaboração com membros de outras entidades: Ação Educativa, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Centro de Estudos de Educação e Sociedade, Fórum Paulista de Educação Infantil, Fórum EJA São Paulo, Instituto Paulo Freire e MOVA-SP; subscreveram-no, também, Adunesp e Adunicamp. Em 24/6, este projeto foi protocolado pelo deputado Raul Marcelo (PSOL).

Há dois outros projetos de PEE na Alesp, um deles elaborado pelo Executivo (PL 1.083/15) e outro pelo Fórum Estadual de Educação (FEE-SP), com apoio da Apeoesp-Sindicato dos Professores da Rede Estadual, ambos protocolados no início de agosto, fora do prazo definido pelo Plano Nacional (PNE). Em 12/8, uma audiência pública na Alesp debateu o PL do FEE-SP. Vale lembrar que a Adusp se desligou desse Fórum em 12/2/15 (<http://goo.gl/Lk5VHY>).

O PL 1.035/15 estabelece metas e estratégias para a educação paulista no próximo decênio, com ênfase em questões relativas ao financiamento, ignoradas ou mal equacionadas nos outros dois projetos. O governo Alckmin (PSDB)

destina à educação apenas 3,7% do PIB estadual, ao passo que o PEE- Proposta da Sociedade Paulista defende o investimento crescente de 6% até 2018 e 9,5% até 2025.

Desvalorização. O deputado Raul Marcelo presidiu a audiência, assinalando a importância da proposta atualizada do PEE/2003 para confrontar as questões educacionais da atualidade: o baixíssimo orçamento destinado à educação e os problemas estruturais da rede pública de ensino em todos os níveis, incluindo a desvalorização salarial e as péssimas condições de trabalho enfrentadas por docentes e funcionários.

Vicente Rodriguez afirmou que o aumento do orçamento para a educação pública é crucial, mas só os recursos não resolvem o problema das desigualdades educacionais. Para ele, não basta “chegarmos aos 10% [do PIB nacional] se não houver condições de fazer esses 10% causarem um impacto na rede e essa duplicação de recursos impactar as redes municipais e estaduais”.

Áquilas Mendes posicionou-se a favor da luta pela educação pública de qualidade para todos e de usar mecanismos como as audiências públicas para avançar em discussões sobre o PEE-Proposta da Sociedade Paulista.

João Zanetic iniciou sua exposição rememorando o esforço de Florestan Fernandes ao comandar a “Campanha em Defesa da Escola Pública” (1960). Nas palavras do sociólogo e professor citadas por Zanetic, essa campanha “surgiu como produto espontâneo das repulsas provocadas em diferentes círculos sociais, pelo teor do projeto de lei sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovado em janeiro de 1960 pela Câmara dos Deputados”.



Audiência pública de 26/8 na Alesp

Partindo dessa luta pela educação no país, Zanetic traçou um histórico de como o Executivo e a sociedade planejaram suas respectivas propostas para o PEE e de como elas se afastaram, em suas premissas e objetivos, ao longo do tempo: a primeira, valorizando cada vez mais a privatização da Educação; a segunda, prezando pela universalidade, pelo acesso e participação da sociedade nas diretrizes educacionais, defendendo a necessidade de aumentar a verba para a educação pública e aprimorar as condições de trabalho dos profissionais do magistério.

Atualizações. Zanetic listou as razões que levaram à inclusão, no corpo do PL 1.035/15, de artigos como o 8º — segundo o qual “o investimento público total em educação pública em instituições públicas estatais deve atingir, em 2018, no mínimo 6,0% do PIB paulista daquele ano”, e “esse valor mínimo deverá crescer 0,5% ao ano até atingir pelo menos 9,5% do PIB estadual”; e o 3º — que determina que “a remuneração média dos profissionais da educação pública básica equivalerá no mínimo a 80%, até 2018, e a 120%, até o fim da vigência deste Plano, da renda média dos demais profissionais no Estado de São Paulo, com mesmo nível de formação e jornada de trabalho e que exercem as profissões para as quais se formaram”.

O professor observou que o PL 1.035/15 incluiu no antigo projeto nove metas (e as respectivas estratégias para que sejam alcançadas),

que tratam da Educação Infantil à Educação Superior. A primeira delas referencia as demais e define, de forma geral, as diretrizes para a educação paulista:

Meta 1 - Garantia da Educação de qualidade socialmente referenciada: “Garantir a oferta, pelo Estado, pelos Municípios e pela União, de Educação pública, gratuita e laica, de qualidade socialmente referenciada, democrática no acesso e na permanência, considerando as necessidades, as possibilidades e as vocações das diferentes regiões e dos municípios paulistas, visando superar as desigualdades entre sistemas, redes e escolas, com ênfase no desenvolvimento das potencialidades de cada criança e jovem, na promoção da cidadania, no enfrentamento de todas as formas de discriminação (social, étnico racial, de credo, de gênero e de sexualidade), visando, também, a formação dos profissionais necessários para promover o desenvolvimento social e o crescimento econômico do Estado e do Brasil”.

Valorização. O professor do IF destacou também a meta 2 — que visa a universalizar o atendimento às crianças na Educação Infantil, bem como veda a transferência de verbas públicas para creches privadas, estimulando o investimento na criação de creches públicas; e as metas 7 e 8 — que tratam, respectivamente, da valorização dos profissionais da educação, garantindo remuneração e condições de trabalho dig-

continua na p. 3

“USP segura?” é tema de debate com Ana Lúcia Pastore em 15/9

A Adusp realizará em 15/9 debate público com a professora Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer (FFLCH), ex-superintendente de Prevenção e Proteção da USP, exonerada em 2014 após tentar implementar um modelo de policiamento comunitário baseado na ampliação do contingente da Guarda Universitária (GU) e no diálogo com a comunidade. Intitulado “USP segura?”, o debate acontecerá no auditório da Geogra-

fia, às 17 horas.

Também convidado a participar do debate, o professor José Antonio Visintin, atual superintendente de Prevenção e Proteção Universitária, não pode atender nosso convite, “em função de outros compromissos já assumidos fora de São Paulo” (Ofício nº 080/01092015/SSEG).

Em 4/9, a Adusp enviou novo ofício ao professor Visintin convidando-o para outro debate “USP

segura?” (<http://bit.ly/1Xr5Acq>).

A Reitoria, porém, aproveitou-se mais uma vez da repercussão de um episódio de violência para impor seus planos sem consultar a comunidade universitária. Um dia após o estudante Alexandre de Oliveira Cardoso ter sido baleado em tentativa de assalto ocorrida em 1/9 na FFLCH, a Secretaria de Segurança Pública (SSP) divulgou que o novo sistema de policiamento na USP começará

a ser aplicado em 7/9. A Reitoria havia prometido abrir o debate sobre o “modelo japonês de policiamento”, mas José Antonio Visintin, superintendente de Prevenção e Proteção, declarou ao jornal *Folha de S. Paulo*: “O plano está em andamento. Agora não posso ficar discutindo, discutindo, discutindo e os fatos acontecendo na USP. A discussão acontecerá paralelamente à implementação”.

Após 40 dias de procrastinação, desembargador do TJ nega *habeas corpus* para Gabriel

O desembargador Sérgio Ribas, da 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça (TJ-SP), negou em 2/9 o *habeas corpus* impetrado em 21/7 pela defesa do jovem Gabriel Scarcelli Barbosa, preso desde 21/6 no Cadeião de Pinheiros. Ribas já havia despachado sobre o *habeas corpus* em 18/8, mas apenas para pedir informações à 16ª Vara Criminal, que concedeu a prisão preventiva de Gabriel. O tom de deboche do despacho (<http://bit.ly/1JCCQ7h>) soou como prenúncio negativo para o desfecho do caso, o que agora se confirmou.

“Inobstante o abaixo-assinado, os textos publicados pela imprensa em matérias de jornais e redes sociais, a intervenção do Conselho Estadual de Direitos da Pessoa Humana (Condepe-SP) e Conselho Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, os quais pretendem demonstrar que o paciente encontra-se preso tão somente por manter laços de amizade e/ou parentesco com jovens residentes na favela, as pro-

vas amealhadas aos autos indicam a prática, em tese, de crime cometido com violência contra pessoa, cuja vítima reconheceu o paciente pessoalmente, demandando, assim, apuração cuidadosa do presente processo”, escreveu Ribas ao indeferir o pedido.

Ianni Scarcelli, mãe de Gabriel e professora do IP-USP, contestou a decisão do desembargador, lembrando que o reconhecimento a que ele alude envolveu diversos procedimentos irregulares: “As fotos apresentadas às vítimas, cerca de sete meses após o ocorrido, serviram para corroborar os reconhecimentos pessoais, feitos quase dois anos depois dos fatos, pela ocorrência do chamado ‘efeito compromisso’: não se deve proceder ao reconhecimento pessoal depois do reconhecimento por fotografias, pois há um risco muito grande de que o reconhecedor mantenha o compromisso anterior, ainda que tenha dúvidas”.

Além disso, Gabriel foi colocado entre policiais federais

PRCEU cancela seminário sobre direitos

Organizado pelo Núcleo dos Direitos da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão (PRCEU), o Seminário “Universidade Responsável: Educação dos Direitos e a Construção da Cidadania”, que se realizaria nos dias 24 e 25/8, foi cancelado repentinamente.

Com o ofício circular 104/2015 da PRCEU, datado de 22/8 e assinado pela pró-reitora Maria Arminda Arruda e pelo professor Rubens Beçak, coordenador do Núcleo de Direitos, comunicou-se a “suspensão” da atividade, alegando-se o seguinte: “alguns dos nossos convidados para as mesas de debate cancelaram suas participações às vésperas do evento e, assim, o número de participantes que temos agora confirmados já é insuficiente para justificar a realização do evento tal como planejado”. O documento promete que serão mobilizados todos os esforços “no reagendamento da realização do Seminário para novas datas, as quais serão comunicadas em momento oportuno” (<http://goo.gl/dPfgZc>).

A Adusp, que fora convidada e aceitou participar da primeira mesa do Seminário, enviou ofício à PRCEU, manifestando sua estranheza diante do cancelamento. Beçak respondeu dizendo partilhar das preocupações da Adusp e reiterou que o Seminário será reagendado.

trajados diferentemente dele, após as vítimas terem sido lembradas do reconhecimento fotográfico, o que descumprirá os preceitos legais estabelecidos pelo Código de Processo Penal (CPP) para o reconhecimento de pessoas.

A professora indaga: “Por que Gabriel, apesar de nunca ter posto o pé numa delegacia de Polícia; apesar de ter trabalho lícito e com registro na mesma empresa, há seis anos; apesar de ter residência fixa, apesar de ser cidadão honrado e de bem, ainda continua preso?”

continuação da página 2

nas, e da necessidade de gerir democraticamente a educação.

Pedindo aos presentes que se esforcem para lotar a Alesp nos dias de debate e votação do PEE, o representante do GTPE-Adusp finalizou sua exposição, retomando a homenagem que fizera inicialmente a Florestan. Após reproduzir frases do sociólogo durante a I

Convenção Estadual em Defesa da Escola Pública (1960), referentes à política de bolsas de estudos para alunos carentes na educação básica, Zanetic comentou que elas poderiam ser empregadas nos dias de hoje, para definir a política do governo federal de subsidiar instituições particulares de ensino superior por meio de programas

como Prouni e FIES:

“... as bolsas destinadas a pagamento de anuidades escolares irão beneficiar camadas da população brasileira que podem custear a educação. (...) A alternativa que se impunha, para beneficiar os setores menos privilegiados da sociedade brasileira, seria a concessão de bolsas a alunos pobres — não

para pagar anuidades, mas para permitir a frequência à escola pública gratuita. O subaproveitamento das oportunidades educacionais no Brasil resulta do nível de pobreza da maioria da população, que não está em condições econômicas sequer de aproveitar a escola pública gratuita onde ela exista”.

Debate sobre violências de gênero e raça nas universidades coloca em xeque a indiferença da USP frente às opressões

O auditório João Yunes, da Faculdade de Saúde Pública (FSP-USP), sediou, em 28/8, o debate “Violências de Gênero e Raça no Âmbito das Universidades”, realizado pela Adusp em parceria com a Regional São Paulo do Andes-Sindicato Nacional. O tema reflete os diversos casos de agressão e opressão revelados recentemente e a forma como as instituições de ensino superior vêm lidando com eles. “É uma pauta que tem aparecido de variadas formas e em vários momentos, mas a gente entende que o sindicato tem de se envolver com essa discussão que é tão relevante, especialmente debatendo a violência que envolve as questões de raça e de gênero”, afirma a professora Bete Franco, do Conselho de Representantes (CR) da Adusp e que coordenou o debate.

A professora Heloísa Buarque de Almeida (FFLCH), da Rede Quem Cala Consente, comentou que tem se deparado com muitos casos de violência sexual contra estudantes mulheres na universidade e afirma que o assustador não é apenas o caso em si, mas a naturalização dele pelas instituições, que ignoram a violência sexual praticada dentro do ambiente universitário, afim de preservarem sua imagem. Heloísa aponta casos de abusos e assédio sexual ocorridos no âmbito universitário e critica: “A universidade soube de alguns desses casos e foi omissa. Há denúncias, elas chegam à diretoria dessas unidades e os próprios diretores dizem para os estudantes não fazerem as denúncias, para que ‘eles não sejam expostos’”.

Os trotes aplicados aos calouros universitários são vistos por Heloísa como parte de um universo de problemas “institucionalizados” no ambiente acadêmico. Ela lembra que o trote é uma “tradição de escola militar”, que ensina o calouro a “obedecer sem pensar” e, ao se calar, cria uma “comunidade de segredo” e uma “hierarquia geracional”, colocando o veterano como alguém superior ao ingressante.

O professor Antonio Almeida (Esalq), pesquisador do Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos (Diversitas) da FFLCH, fez sua exposição focando

na questão do fascismo e como nossa cultura carrega consigo elementos das sociedades totalitárias do passado, como os cultos ao autoritarismo e ao militarismo, os ataques ao pensamento crítico e à educação, o controle da mídia por empresas amplamente conservadoras e a negação e apagamento dos casos de racismo e sexismo. Para Antônio, a cultura fascista tem ligação direta com os inúmeros casos de violência ocorridas nas instituições de ensino e a omissão da Reitoria quanto aos casos de trotes violentos mostra que a universidade tem interesse na continuidade do trote.

“Se não tivesse, seria suprimido rapidamente. As sindicâncias não funcionam e, apesar da CPI [Comissão Parlamentar de Inquérito, criada em 2014 para investigar os casos de violência sexual nas faculdades de Medicina] os problemas continuam e nunca obtemos respostas. Tudo isso não é mero acaso. Os problemas são grandes e o discurso da universidade sobre isso é uma chacota, um insulto à inteligência de qualquer um que conhece um pouco da realidade desses assuntos”.

Dentre os elementos apontados pelo pesquisador do Diversitas, estão a competição e o individualismo, que, na universidade, aprofundam ainda mais o distanciamento social entre os indivíduos: “O trote não integra as pessoas, ele divide os alunos e muitas vezes os divide pelo resto da vida, em função daquilo que ocorreu no momento do trote, no início da sua convivência acadêmica”.

Jupiara de Castro, do Núcleo de Consciência Negra (NCN), abordou a questão da “invisibilidade” dos funcionários técnico-administrativos da USP nos casos de violência, principalmente racial: “Os funcionários são invisíveis para as violências cometidas dentro da universidade. Se for negro, piorou. Nesses casos, somos imperceptíveis”. Também funcionária da Faculdade de Medicina (FM), Jupiara destaca a importância de uma funcionária negra ser convidada para participar de um debate sobre opressões e critica a FM pela “blindagem” das autoridades da instituição em relação aos casos



Almeida, Bete, Jupiara e Heloísa acompanham intervenção do plenário

de opressão, que pode prejudicar a formação dos alunos, futuros profissionais da saúde pública. “Qual é a formação que estamos dando para os nossos alunos? Nós estamos formando quem, para quem e para qual projeto? Estou falando de formar profissionais que atuarão no serviço público e terão de lidar com mulheres negras, indígenas e pobres”, enfatizou.

Soluções? Os debatedores criticaram duramente as medidas tomadas pela USP para melhorar a segurança dentro do *campus*. Foram citadas a proibição da venda e uso de álcool, a proibição de festas e a presença da Polícia Militar (PM) nos *campi*. Heloísa acredita que a postura repressiva da Reitoria, de proibir institucionalmente o álcool, não vai resolver a questão da violência no *campus*. “Certamente, não são o álcool e as festas as causas do estupro. O álcool causa desinibição nas pessoas, mas não é a causa última”. Para ela, é necessário definir alguns pontos, como o da questão da segurança nesses eventos e, nesse sentido, deu o exemplo da auto-organização das estudantes da FFLCH, que para garantir a segurança das mulheres nas festas daquela unidade organizaram uma “brigada anti-estupro”.

A professora acredita que a presença da PM não diminuirá a violência no *campus*. Para ela, que no debate afirmou ter ouvido até casos de meninas que foram estupradas por PMs, dentro do *campus* do Butantã e nas suas imediações, “a PM não é só racista” e, por esse motivo, “não é a solução”.

Jupiara acrescentou ser necessário que docentes, funcionários e

estudantes rediscutam a questão da segurança no *campus*, resgatando alguns aspectos perdidos com o passar dos anos, como o do uso efetivo de uma Guarda Universitária que tem seu contingente diminuído a cada ano, principalmente com o processo de terceirização do serviço de segurança à Secretaria de Segurança Pública do Estado.

“Nós tínhamos um corpo de segurança da universidade que dava conta de trabalhar e conversar com a comunidade. Temos de botar o ‘pé na porta’, para dizermos que alguns pontos são fundamentais para a sobrevivência da universidade: segurança (não com PM), saúde e educação de qualidade são fundamentais para que a USP seja um centro de excelência”.

Bete Franco observou que existe uma cultura de violência: ao sermos parte dela, “naturalizamos uma série de situações violentas”. A transformação dessas situações vai se dar nos espaços onde visivelmente as desigualdades têm se manifestado. Porém, no cotidiano da sala de aula e em todas as relações dentro da universidade, esse cenário de desigualdade também se reproduz. “Então, é muito relevante fazer a discussão nesses espaços visíveis, mas também é relevante fazê-la no ‘espaço micro’, disse Bete.

Ela ressaltou a importância da organização da sociedade e da comunidade universitária: “Esperamos que as autoridades façam mudanças, mas eu espero que nós também façamos. É muito importante a existência dos coletivos e dos debates que temos feito, pois nós também temos que transformar a universidade”.